

A QUESTÃO DAS PORTARIAS DE EXTENSÃO

Conforme previsto, realizou-se no dia 23 nova reunião de negociações do CCT Industrias Químicas/2013, mas **não houve ainda nenhuma evolução positiva** na posição das associações patronais quanto à atualização das matérias salariais.

Para além das dificuldades económicas inerentes à crise, as associações argumentam agora com os obstáculos que o governo introduziu na negociação colectiva, ao **condicionar a emissão de portarias de extensão**. Com efeito, se analisarmos a Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2012 facilmente se conclui que **a emissão de Portarias de Extensão às convenções coletivas vai praticamente acabar**, determinando assim a recusa das associações patronais (como está já a acontecer) em negociar melhorias salariais ou outras, das quais ficam excluídas as empresas que não estão nelas filiadas.

Estas novas regras, associadas a todas as dificuldades que advêm da conjuntura económica e social, vão (já estão a) determinar alterações profundas no modelo de negociação coletiva que vai prevalecer no futuro. O governo, defendendo e praticando um **liberalismo selvagem**, tudo está a fazer para acabar com a negociação coletiva para mais rapidamente cumprir com as determinações da Troika: **empobrecer os portugueses**.

Cabe aos cidadãos, mas também ao SITESE, **tudo fazer para evitar este empobrecimento generalizado**. As associações patronais, que também estão condenadas à desertificação se este liberalismo prevalecer, ou lutam contra este estado de coisas ou desaparecem.

Apesar de a discussão destas questões ser importante, pouco se adiantou nesta reunião sobre as alterações ao CCT. Assim, **ficou marcada nova reunião para Fevereiro**, onde mais uma vez vamos procurar sensibilizar os representantes patronais para as vantagens de rever e atualizar as matérias económicas e outras do CCT. **O setor das indústrias químicas corre o risco de entrar em fortes convulsões se os parceiros sociais não encontrarem forma de se entenderem**. E isso depende mais de nós do que do Governo.

Lisboa, 24 de janeiro de 2013

A Direção